



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681404 - ES (2021/0226332-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : FILIPE CARLOS MACIEL FERREIRA
ADVOGADO : FILIPE CARLOS MACIEL FERREIRA - ES018787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : GIOVANI DOS SANTOS ALVES BARROZO (PRESO)
CORRÉU : WILLIAN MACHADO FLORÊNCIO
CORRÉU : FERNANDO DOS SANTOS BAZILEU
CORRÉU : GABRIEL CAMPISTA JACONI
CORRÉU : TALIA MARTINS DA SILVA
CORRÉU : FLAVIA BORGES GOMES LOBO
CORRÉU : JOYCE FERNANDES DA CONCEIÇÃO PINHEIRO
CORRÉU : GABRIELLY VAÉRIO DO NASCIMENTO
CORRÉU : POLLYANA BREDAS NASCIMENTO
CORRÉU : MATHEUS MORAES BORGES
CORRÉU : FELIPE RAMPINELLI CAMPOS
CORRÉU : RODRIGO MASCARENHAS DOS SANTOS
CORRÉU : GIOVANI PASSOS GOMES
CORRÉU : FERNANDO GOMES SANTOS PRATTI
CORRÉU : LUCAS SANTOS MESSIAS
CORRÉU : RICHARD CLEVERSON DE OLIVEIRA JUNIOR
CORRÉU : MARLONI BARBOSA BICALHO
CORRÉU : RAFAEL ROCHA DOS SANTOS
CORRÉU : NUBIA LUCAS DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANI DOS SANTOS ALVES BARROZO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0004606-43.2020-8.08.0000).

O paciente, preso temporariamente, teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 2º, *caput* e §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/2013 e nos arts. 33, *caput*, e 35, *c/c* o art. 40, incisos III, IV e VI, esses da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na nulidade do processo, uma vez que a defesa não teria tido acesso às provas contidas nos autos, muitas delas emprestadas de outras ações penais em curso em segredo de justiça.

Ressalta que o paciente teria sido absolvido nos outros processos, por

ausência de materialidade e, ainda, que se encontraria segregado desde setembro de 2020, sem que a instrução tenha sido sequer iniciada.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão da ação até que todas as provas sejam colocadas à disposição da defesa, com a consequência revogação da prisão cautelar e a concessão de novo prazo para a apresentação de defesa prévia.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi sequer apreciada no acórdão impugnado.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A crise mundial da Covid-19 trouxe já uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento, a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistema prisional acarretam seu enquadramento como pessoas em condição de risco.

2. Não se verifica ilegalidade no indeferimento do pedido de cumprimento de pena em regime aberto domiciliar, pois, apesar de o paciente, que praticou crime violento (estupro de vulnerável), ter se submetido a cirurgia cardíaca, vem recebendo tratamento médico e medicação no estabelecimento prisional, não tendo sido demonstrado que a sua condição de saúde possa ser atualmente agravada pelo risco de contágio pela Covid-19.

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 579.110/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/09/2020, DJe 14/09/2020)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência